

Latinos empenhados em pressionar os credores

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Os países devedores latino-americanos preparam-se para pressionar os governos dos países credores nas próximas reuniões dos comitês Interino e de Desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que se realizam em Washington, entre os dias 15 e 19 deste mês. Desta vez, a estratégia pressupõe uma ação organizada dos representantes dos principais endividados, principalmente no fórum do FMI. A reunião ganha caráter especial, a partir da proposta feita em setembro pelo então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, transferindo para abril uma discussão mais profunda sobre a questão da dívida externa e suas implicações a médio e longo prazos.

Para armar todos os pontos da ação, o chanceler do Uruguai, Enrique Iglesias, que ocupa no momento a secretaria pro tempore do grupo de Cartagena, empreendeu ontem um dia movimentado em Brasília. Esteve com o chanceler do Brasil, Olavo Setúbal, avistou-se com o secretário de Planejamento, João Sayad, e manteve durante boa parte da tarde reuniões de trabalho no Itamaraty. Hoje, pretende encontrar-se com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

Todos estes contatos estão sendo desenvolvidos com o propósito de definir propostas concretas de modo a aproveitar ao máximo a temporada de reuniões dos principais organismos financeiros internacionais ligados a governo, que os países em desenvolvimento querem ser fortalecidos. As propostas, na verdade, não são novas: passam no âmbito do FMI, por uma nova assinatura de cotas

para os Direitos Especiais de Saque (DES), compatível com as necessidades de liquidez dos países em desenvolvimento; pelo aumento dos prazos dos programas, de ajustes e pela conseqüente ampliação do acesso a estes recursos. A nível de Banco Mundial, os devedores querem que seja reduzida a contrapartida que são obrigados a dar no desenvolvimento dos projetos financiados pelo banco e agilização dos desembolsos dos créditos contratados mais complicados, talvez, seja conseguir a pretendida revisão nos rigorosos critérios impostos à aplicação dos programas de ajuste econômico, sob a auditoria do FMI. Os países em desenvolvimento, no entanto, estão dispostos a levar adiante suas colocações em favor do desenvolvimento econômico e, para isto, encontram respaldo em um bom argumento: "A viabilidade das democracias latino-americanas depende muito do crescimento econômico, já que um mínimo de flexibilidade é necessário para atender às demandas sociais", enfatizou o ministro das Relações Exteriores do Uruguai.

O economista Enrique Iglesias, que ocupava antes a função de secretário-executivo da Cepal — Comissão Econômica para a América Latina —, tem uma reunião marcada com membros do conselho de administração da Comunidade Econômica Européia (CEE), no próximo dia 15, onde usará da argumentação de que os temas da dívida externa e das dificuldades comerciais enfrentadas em função da prática protecionista dos industrializados não podem ser separados.

Os 11 países do grupo de Cartagena reúnem-se a nível técnico na capital norte-americana, nos próximos dias 11 e 12.